



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIO E PRISIONAL

GERÊNCIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL, TRABALHO E RENDA

**PLANO ESTADUAL PELO TRABALHO E RENDA NO ÂMBITO DO SISTEMA
PRISIONAL**

PALMAS-TO
Julho de 2024



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIO E PRISIONAL

GERÊNCIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL, TRABALHO E RENDA

**PLANO ESTADUAL PELO TRABALHO E RENDA NO ÂMBITO DO SISTEMA
PRISIONAL**

Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional apresentado a Secretaria Nacional de Políticas Penaís, para ampliação da oferta de trabalho e qualificação profissional nos estabelecimentos penais, nos exercícios de 2024 e 2027.



SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO

GESTÃO:

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

CNPJ: 03.173.157/0001-07

Endereço: Praça dos Girassóis, s/n, Centro, Palmas-te

CEP: 77.001-908

Telefones: 0800 63 1144 63 3218 1200

Nome do Responsável: MAURO CARLESSE

Cargo: Governador do Estado

ÓRGÃO EXECUTOR:

SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA

CNPJ: 05.553.216/0001-06

Endereço: Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, com sede na 103 Sul, Avenida LO 01, ACSO 01, Conjunto 04, Lote 22, Plano Diretor Sul, Palmas-TO

CEP: 77.001-970

Telefones: (63) 3218-6922

Correios eletrônicos: gabinete@cidadaniaejustica.to.gov.br

Nome do Responsável: HEBER LUIS FIDELIS FERNANDES GARCIA

Cargo: Secretário

Ponto Focal sobre Trabalho e Renda no Sistema Prisional

Nome: Dilson Rodrigues Noleto Júnior

Cargo: Gerente de Reintegração Social, Trabalho e Renda

Correios eletrônicos: getarseciu@gmail.com

Telefone: (63) 3218-6711

UNIDADE EXECUTORA:

GERÊNCIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL, TRABALHO E RENDA AO PRESO

CNPJ: 05.553.216/0001-06

Endereço: Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, com sede na 103 Sul, Avenida LO 01, ACSO 01, Conjunto 04, Lote 22, Plano Diretor Sul, Palmas-TO

CEP: 77.001-970

Telefone: (63) 3218-6711

Endereço eletrônico: getarseciu@gmail.com

Nome do Responsável: Dilson Rodrigues Noleto Júnior

Cargo: Gerente de Reintegração Social, Trabalho e Renda ao Preso



Wanderlei Barbosa Castro
Governador do Estado do Tocantins

Deusiano Pereira de Amorim
Secretário da Cidadania e Justiça

Hélio Pereira Marques
Secretário-Executivo da Cidadania e Justiça

Rogério Gomes Miranda
Superintendente de Administração dos Sistemas Penitenciário e Prisional

Cleber dos Santos Solano
Diretoria de Administração e Operações dos Sistemas Penitenciário E Prisional

Dilson Rodrigues Noleto Júnior
Gerente de Reintegração Social, Trabalho e Renda ao Preso

Norton Rodrigues de Castro Netto
Coordenador do Trabalho do Preso



1. INTRODUÇÃO

Este plano foi elaborado de forma participativa de forma intersetorial, com a contribuição de diversos setores que compõem a administração prisional, a produção deste Plano Estadual de Trabalho e Renda do Tocantins representa um compromisso do governo com a construção de um futuro mais justo e equitativo. Além disso, tem o objetivo de promover inserção social dos indivíduos privados de liberdade, por meio da oferta de oportunidades de trabalho, qualificação profissional e geração de Renda ao proporcionar condições para o desenvolvimento de habilidades e a geração de renda.

A PNAT, instituída através do Decreto nº 9.450/2018, tem sua finalidade descrita em seu art. 1º, o qual indica o seguinte: “[...] permitir a inserção das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional no mundo do trabalho e na geração de renda”. Essa política se destina, portanto, aos presos provisórios, bem como às pessoas privadas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto, além das pessoas egressas do sistema penal. Diante dos objetivos da PNAT, observa-se uma preocupação com a qualificação, com a obtenção de uma independência profissional e com a sensibilização e conscientização da sociedade e dos órgãos públicos para a importância do trabalho como ferramenta para a reintegração social.

Destacamos a relação deste plano com Plano Nacional de Segurança Pública. Ao oferecer oportunidades de trabalho e qualificação, o Plano estadual de trabalho auxilia o PNSP a alcançar seus objetivos, uma vez que em sua meta 11 prevê o aumentar de 185% no quantitativo de presos que exercem atividade laboral, havendo a necessidade de alcançar um total de 363.414 presos em atividades laborais até 2030.

Desta forma, este plano configura um instrumento fundamental para a promoção da política de trabalho no âmbito da administração penal do Tocantins surgindo como uma ferramenta estratégica para a implementação das ações eficazes buscando soluções para problemas de média e alta complexidade. Por meio deste, será possível compreender as transformações ocorridas no sistema penal e identificar os principais avanços e desafios.



1.1. PANORAMA DO TRABALHO PRISIONAL

O sistema penitenciário do Tocantins oferece diversas oportunidades de trabalho aos custodiados, visando a ressocialização e a preparação para o retorno à sociedade. As atividades desenvolvidas são variadas e contribuem para a manutenção da unidade prisional, geração de renda e desenvolvimento de habilidades profissionais.

As oficinas permanentes são uma das ferramentas fundamental para a ressocialização dos custodiados no Tocantins. Ao oferecer oportunidades de trabalho e qualificação profissional, essas oficinas contribuem para a construção de um futuro mais promissor para aqueles que estão privados de liberdade.

As oficinas permanentes são espaços dinâmicos onde os custodiados podem desenvolver uma variedade de habilidades e aprender novas profissões. Cada espaço é adaptado com maquinários próprios para uma determinada atividade específica, as mais comuns incluem:

Quadro 01: lista de oficinas por unidade

Unidades Penais	Oficinas
Unidade Penal de Augustinópolis	Oficina de artefatos de Concreto
Unidade Penal de Araguatins	Horticultura
Unidade Penal de Tocantinópolis	Oficina Marcenaria
Unidade Penal de Araguaína	Horticultura
Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotá	Artefatos de Concreto Funilaria Serralheria
Unidade Penal Regional de Guaraí	Artefatos de Concreto Serralheria
Unidade Penal de Colmeia	Artefatos de Concreto
Unidade Penal Feminina de Miranorte	Oficina de corte e costura
Unidade Penal Regional de Paraíso	Artefato de Concreto Serralheria
Unidade Penal Regional de Palmas	Artefatos de Concreto Serralheria Serigrafia Horticultura
Unidade Penal de Natividade	Artefato de Concreto Horticultura
Unidade Penal de Palmeirópolis	Artefato de Concreto Horticultura
Unidade Penal Regional de Dianópolis	Artefato de Concreto
Unidade Penal Tratamento Penal do Cariri	Oficina de corte e costura Artefato de Concreto

O sistema penitenciário do Tocantins promove a inserção social dos custodiados através de diversas atividades, dentre elas o artesanato. Essa iniciativa, além de ocupar o tempo dos detentos, contribui para o desenvolvimento de habilidades, a valorização da cultura local e a geração de renda.



Os custodiados do Tocantins produzem uma vasta gama de produtos artesanais, que vão desde peças decorativas até itens de utilidade diária e produtos comuns. Os produtos artesanais produzidos são disponibilizados aos seus familiares e são comercializados através de feiras, eventos e lojas especializadas. Além de contribuir para a geração de renda dos custodiados, a compra desses produtos incentiva a produção artesanal local e promove a inclusão social. Essa atividade teve uma ótima adesão por parte dos custodiados conforme demonstrado no gráfico:

Gráfico 01: quantidade de custodiados envolvidos no artesanato.



Fonte: SISDEPEN

O Estado do Tocantins, em um importante passo para a ressocialização e qualificação profissional dos detentos, tem celebrado acordos de cooperação técnica com diversos municípios para produção de artefatos de concreto para construção e pavimentação. Essas parcerias visam expandir as oportunidades de trabalho dentro do sistema penitenciário, proporcionando aos custodiados a chance de aprender novas habilidades e contribuir para o desenvolvimento das comunidades. Essas parcerias contribuem na permanência do funcionamento das oficinas de artefato e ampliam as vagas das oficinas, atualmente, foram celebrados 03 (três) acordos com municípios que resultam em mais de 100.000 (cem mil) peças de artefatos de concreto.

Quadro 02: lista acordos de cooperação

Unidades Penais	Municípios	Objeto
Unidade Penal Regional de Guaraí	Município de Pedro Afonso	Produção de artefatos de concreto.
Unidade Penal Regional de Guaraí	Município de Guaraí	Produção de artefatos de concreto.
Unidade Penal Regional de Paraíso	Município de Araguacema	Produção de artefatos de concreto.



A gestão entende que ações como essas fortalecem o trabalho realizado nas oficinas. Por meio dessas parcerias garante a permanência da oficina e garante um retorno social nas ações realizadas pela mão de obra carcerária.

Trabalho voluntário também é realizado no âmbito do sistema penitenciário do Tocantins. Esta ação visa integrar pessoas privadas de liberdade em reformas de órgãos públicos que prestam serviços à comunidade, promovendo a ressocialização e oferecendo benefícios tanto para os indivíduos envolvidos quanto para a sociedade. A iniciativa busca transformar a pena em oportunidade, proporcionando aos apenados a aquisição de novas habilidades, a valorização do trabalho e a preparação para o retorno à vida em sociedade.

A utilização da mão de obra prisional em reformas de órgãos públicos é uma prática que apresenta diversos benefícios, tanto para os indivíduos envolvidos quanto para a sociedade. As ações ocorrem, em sua maioria, com custodiados que cumprem pena no regime fechado. Esses indivíduos são selecionados com base em critérios como bom comportamento, habilidades técnicas e interesse em participar do programa.

Durante o período de trabalho, os detentos são acompanhados por policiais penais, garantindo a segurança e a qualidade das atividades realizadas. Além disso, são oferecidos cursos de qualificação profissional para aprimorar seus conhecimentos e habilidades.

Além do trabalho realizado nos prédios públicos por meio do trabalho voluntário, há a prática de envolver os custodiados em atividades laborais dentro das unidades penais. Essa atividade, vai além da mera ocupação do tempo, trata-se de uma estratégia que visa promover a ressocialização, preparando os indivíduos para o retorno à sociedade. Ao desempenhar tarefas como pintura, reparos e limpeza, os detentos adquirem habilidades profissionais e contribuem para manutenção do espaço.

É importante ressaltar que a utilização da mão de obra prisional deve ser acompanhada de um conjunto de medidas que garantam a segurança e a dignidade dos envolvidos. É fundamental que os trabalhos realizados sejam compatíveis com as condições físicas e psicológicas dos detentos, e que haja um acompanhamento constante por parte dos profissionais da área. Além disso, é preciso oferecer aos custodiados a oportunidade de participar de



programas de qualificação profissional, visando ampliar suas chances de conseguir um emprego após a saída do sistema prisional.

Gráfico 02: quantidade de custodiados em atividade laboral.



Fonte: SISDEPEN

A respeito dos grupos de vulnerabilidades, considerando a complexidade desse conjunto de pessoas, devemos por meio do trabalho, promover políticas públicas e ações afirmativas para garantir a igualdade e a inclusão social desses grupos. É fundamental promover a conscientização sobre as desigualdades e os desafios enfrentados por esses grupos, além de fortalecer mecanismos de proteção e defesa de seus direitos. Sobre o grupo de vulnerabilidade acrescida, temos:

Quadro 03: grupo de vulnerabilidade

REGIMES MEDIDAS	GRUPOS	QUANTIDADE ATUAL
Fechado	Mulheres	Mulheres:
	LGBTQIA+	LGBTQIA+: 42
	Indígenas	Indígenas: 13
	Idosos	Idosos: 115
	Pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência: 61
	Estrangeiros	Estrangeiros: 02
Semiaberto	Mulheres	Mulheres:
	LGBTQIA+	LGBTQIA+: 01
	Indígenas	Indígenas: 00
	Idosos	Idosos: 36
	Pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência: 07
	Estrangeiros	Estrangeiros: 00
Aberto	Mulheres	Mulheres:
	LGBTQIA+	LGBTQIA+: 35
	Indígenas	Indígenas: 01
	Idosos	Idosos: 445
	Pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência: 15
	Estrangeiros	Estrangeiros: 04



Alternativas penais	Mulheres	Mulheres:
	LGBTQIA+	LGBTQIA+: 13
	Indígenas	Indígenas: 01
	Idosos	Idosos: 40
	Pessoas com deficiência	Pessoas com deficiência: 21
	Estrangeiros	Estrangeiros: 07

Quadro 04: população prisional e dados do trabalho

REGIMES/MEDIDAS	QUANTIDADE ATUAL	EM ATIVIDADES LABORAIS	QUANTOS REMUNERADOS?
Fechado	3.797	1.492	90
Semiaberto monitorados	823	384	384
Semiaberto	89	89	89
Aberto	167	83	83
Alternativas penais	82	41	41
Egresso	28	25	25

Em suma, a experiência do Tocantins com a utilização da mão de obra prisional demonstra que essa prática pode ser uma ferramenta eficaz para a ressocialização dos detentos, a melhoria das condições das unidades penais e o desenvolvimento socioeconômico do estado. Ao investir na qualificação profissional dos custodiados e na criação de oportunidades de trabalho, o Tocantins está contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

1.2. UNIDADES PENAIS

A secretaria da Cidadania e Justiça foi instituída pela Lei Estadual nº 131, de 21 de fevereiro de 1990, que dispôs sobre a criação da Secretaria de Estado da Justiça com o desmembramento da Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública;

No ano de 1991, a Lei Estadual nº 264, de 18 de abril de 1991, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual, revogou o desmembramento da Secretaria de Estado da Justiça da Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública;

No ano 2000, a Lei Estadual nº 1.124, de 01 de fevereiro de 2000, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual, criou da Secretaria de o Interior e Justiça;

Em 2008, a Lei Estadual nº 1.950, de 07 de agosto de 2008, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual, renomeou para Secretaria da Cidadania e Justiça;

A Lei Estadual nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual, promoveu a junção da Secretaria da Segurança



Pública e a Secretaria da Cidadania e Justiça, com a denominação de Secretaria da Segurança, Justiça e Cidadania;

E no ano de 2011, a Lei Estadual nº 2.461, de 07 de julho de 2011, trouxe a cisão e a criação de duas pastas distintas: Secretaria da Segurança Pública e Secretaria da Justiça e Direitos Humanos;

No mesmo ano de 2011, a Lei Estadual nº 2.497 de 01 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.459, reestruturou a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos;

Já no ano de 2015, a Lei Estadual nº 2.986 de 13 de julho de 2015, publicada no de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414, dispôs sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual, e a renomeou para Secretaria de Defesa e Proteção Social;

No ano de 2017, Lei Estadual nº 3.190 de 22 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.815, que dispôs sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Estadual, e renomeou para Secretaria da Cidadania e Justiça;

A estrutura administrativa vigente foi estabelecida pela Lei 3.421 de 08 de março de 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.316 de 12 de março de 2019 e alterada pelas Lei Estadual nº 4.238, de 16 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial nº 6.430 de 16 de outubro de 2023, conforme anexo a este relatório.

A fim de garantir que sua missão seja alcançada e buscando ajustar a estrutura organizacional às suas competências legais, de forma a executar todas as suas atribuições, a Secretaria da Cidadania e Justiça se organizou, em quatro unidades finalísticas: Superintendência de Direitos Humanos e Políticas de Drogas, Superintendência de Administração do Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Superintendência de Administração dos Sistemas Penitenciário e Prisional e Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor – PROCON, além de criar a Corregedoria Geral da Polícia Penal e do Sistema Socioeducativo.

A Superintendência de Administração dos Sistemas Penitenciário e Prisional tem como objetivo a execução das normas e dos preceitos definidos na Lei de Execução Penal e demais legislações pertinentes, visando a ordem, a disciplina, a custódia, a segurança e a garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade.



A Superintendência responsável pela efetivação das disposições da sentença ou decisão criminal de 3.797 pessoas em cumprimento de pena nos regimes fechado, semiaberto, aberto, medida de segurança ou monitoração. Sendo ainda de competência a proporção das condições para a harmônica integração social no ambiente carcerário, como também promover assistência ao custodiado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

No Tocantins há a gerência responsável pela execução das políticas sociais de humanização da pena, a Gerência de Reintegração Social, Trabalho e Renda ao Preso responsável pela execução das políticas de Educação, Trabalho e Renda, subordinada diretamente a Superintendência de Administração dos Sistemas Penitenciários e Prisional.

Sendo ainda de competência proporcionar condições para a harmônica integração social no ambiente carcerário, como também promover assistência à pessoa privada de liberdade, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Nesse mister e em paralelo, impõe-se o desafio da efetiva implementação de políticas públicas voltadas para assegurar o direito a trabalho e renda em 25 Unidades penais que são divididas em 7 regionais

Secretaria da Cidadania e Justiça

Secretaria Executiva da Cidadania e Justiça

**Superintendência de Administração dos Sistemas Penitenciários e
Prisional**

**Gerência de Reintegração Social, Trabalho e Renda ao Preso e
Egresso**

Coordenação de Educação

Unidade Penal - Região Operacional I

Unidade Penal de Augustinópolis
Unidade Penal de Araguatins
Unidade Penal de Tocantinópolis

Unidade Penal - Região Operacional II

Unidade Penal de Ananás
Unidade Penal de Araguaína
Unidade de Tratamento Penal Barra da Grot

Unidade Penal - Região Operacional III

Unidade Penal de Colinas
Unidade Penal de Colméia
Unidade Penal de Guaraí

Unidade Penal - Região Operacional IV

Unidade Penal de Paraíso do Tocantins



Unidade Penal - Região Operacional V

- Unidade Penal Feminina de Miranorte
- Unidade Penal de Miracema
- Unidade Penal de Porto Nacional
- Unidade Penal Feminina de Palmas
- Unidade Penal de Palmas

Unidade Penal - Região Operacional VI

- Unidade Penal de Formoso do Araguaia
- Unidade Penal de Gurupi
- Fazenda Agropecuária Penal do Cariri
- Unidade de Segurança Máxima do Cariri
- Unidade Penal Feminina de Talismã

Unidade Penal - Região Operacional VII

- Unidade Penal de Natividade
- Unidade Penal de Dianópolis
- Unidade Penal de Taguatinga

Unidade Penal - Região Operacional VIII

- Unidade Penal de Palmeirópolis
- Unidade Penal de Arraias

Gerência de Monitoramento Eletrônico de Pessoas

- Centrais de Monitoração Eletrônica de Palmas
- Centrais de Monitoração Eletrônica de Gurupi
- Centrais de Monitoração Eletrônica de Araguaína

Gerência de Políticas de Alternativas Penais

- Central de Penas e Medidas Alternativas - de Palmas
- Central de Penas e Medidas Alternativas - de Araguaína
- Central de Penas e Medidas Alternativas - de Gurupi
- Central de Penas e Medidas Alternativas - de Porto Nacional
- Central de Penas e Medidas Alternativas - de Paraíso
- Escritório Social de Palmas

1.3. SEGURANÇA OCUPACIONAL E TRABALHO DECENTE

1.3.1. Trabalho Remunerado

O sistema Penitenciário do estado Tocantins conta com 2.324 custodiados realizando algum tipo de atividade laboral (Trabalho externo, interno e artesanato), o percentual de correspondente de pessoas privadas de liberdade que trabalham e possui remuneração condizente aos esforços empregados é por volta de 7%, em quantidade real temos 90 (noventa) custodiados trabalhando de forma remunerada. A remuneração do custodiado é peça integrante fundamental de um círculo importante para que se consiga o equilíbrio na execução penal, pois dela, resulta o custeio dos danos causados pelo crime, à assistência à família, despesas pessoais



e a manutenção do condenado. Dito isso, nasce a necessidade de se criar vagas de trabalho remunerado.

Há de destacar, que a Secretaria Nacional de Políticas Penais - Sennapen para atrair empresas privadas ao estabelecimento de parcerias com o sistema prisional realizou a criação de selos e certificados sociais. O “Selo Resgata” é um exemplo do que foi dito, este é voltado para incentivar, estimular e reconhecer as organizações que empregam pessoas em privação de liberdade do sistema prisional. O Tocantins se torna prejudicado nesse requisito, pois a falta de empresas presente nos estabelecimentos prisionais resulta em um número baixo de concessões do selo.

Diante das deficiências supracitadas nasce a necessidade de criação de vagas de trabalho que suprirão essas carências presente nos estabelecimentos penais. Após análise feita pela gestão, com intuito de adotar estratégias para viabilizar e promover parcerias com empresas privadas com vistas a impulsionar o trabalho prisional, dentre as várias hipóteses de fomentos existentes, destacou-se a possibilidade de celebração de parcerias entre a Secretaria de Cidadania e Justiça e Entidades Privadas.

Desta forma, ao buscar por uma solução inovadora para o problemático que giram em torno da criação de vagas remuneradas, iniciou suas tentativas com a aproximação do setor privado. Essa iniciativa, além de atender a um imperativo social, apresenta uma série de benefícios tanto para o Estado quanto para as empresas parceiras.

1.3.2. Segurança do Trabalho

Desempenhar as atividades laborais com segurança e dignidade é uma das preocupações da administração, a administração penitenciária tem empreendido esforços para garantir condições laborais mais seguras, implementando medidas de proteção e prevenção de acidentes. No entanto, a ausência de um seguro contra acidente para os custodiados específico para essa categoria de trabalhadores expõe uma das fragilidades significativa no sistema penitenciário.

A exposição a ferramentas, máquinas e a interação com outros detentos podem gerar situações de perigo. Diante desse cenário, a adoção de medidas de segurança do trabalho se torna imperativa para preservar a integridade física dos trabalhadores e garantir um ambiente laboral mais humano. Assim, ciente das fragilidades dessa demanda terá previsão de medida



que promovam a segurança nos átrios das unidades penas, sendo as seguintes: A implementação de normas e procedimentos de segurança, a realização de treinamentos, fiscalização das condições de trabalho e intensificação na disponibilização de Equipamento de Proteção Individual – EPI. Essas medidas são soluções para garantir a proteção integral desses trabalhadores e promover a construção de um sistema prisional digno e seguro.

1.4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A qualificação profissional direcionada aos custodiados representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades.

O expressivo aumento nas vagas de cursos nos últimos 03 (três) anos destinados a custodiados é um indicativo claro do reconhecimento da importância da profissionalização como ferramenta de transformação social. Ao oferecer uma formação profissional qualificada, o Estado demonstra seu compromisso em preparar esses indivíduos para o mercado de trabalho.

Gráfico 01: quantidade de custodiados envolvidos no artesanato.



Fonte: SISDEPEN

O expressivo aumento nas vagas de cursos profissionalizantes, fruto de parcerias entre o Estado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, representa



um avanço significativo nessa área, com impactos positivos tanto para os parceiros quanto para o custodiado beneficiado com o curso.

Além do Pronatec, as parcerias realizadas com as entidades do Sistema “S” (Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Senac -Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Senar), ampliam o leque de oportunidades para os presos, oferecendo uma variedade de cursos que atendem às demandas do mercado de trabalho. Essa diversificação permite que cada indivíduo escolha a área que mais se identifica e na qual possui maior potencial de desenvolvimento. Além disso, a participação de empresas privadas nesse processo garante que os cursos sejam alinhados às necessidades reais do setor produtivo, aumentando as chances de empregabilidade dos egressos do sistema prisional.

A qualificação profissional, nesse contexto, vai além da mera transmissão de conhecimentos técnicos. Ela representa uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal e social dos atendidos. Ao adquirir novas habilidades, os egressos do sistema prisional se tornam mais capacitados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e construir uma vida autônoma e independente.

É importante destacar que a qualificação profissional não é uma solução isolada para o problema. É necessário um conjunto de ações coordenadas, que envolvam a família, a comunidade e o sistema prisional, para garantir o sucesso desse processo. A oferta de cursos profissionalizantes deve ser acompanhada de um trabalho de acompanhamento por meio da equipe multidisciplinar, que auxilie os presos a lidar com as dificuldades do passado e a construir novos projetos de vida.

1.5. DESAFIOS PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE TRABALHO

1.5.1. Execução de Recursos

A implementação de políticas públicas voltadas para o trabalho e a renda, embora seja crucial para o desenvolvimento social e econômico, enfrenta uma série de desafios, a execução de recursos é uma delas. O Tocantins tem um histórico pautado no compromisso com os recursos públicos resultante de transferência obrigatória. Todavia, há recursos que apresentam um percentual de execução não aceitável, haja vista o período celebração do convenio. Um exemplo emblemático dessa complexidade é a execução de programas como o PROCAP



(Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes), que visam capacitar profissionalmente a pessoa privada de liberdade e gerar oportunidades de trabalho.

O fator preponderante para o atraso na execução do recurso, é decorrente da Lei nº 14.133/2021 que introduziu diversas mudanças significativas no regime jurídico das licitações e contratos públicos, exigindo a adequação dos instrumentos contratuais já em curso às novas disposições legais. No caso do Convênio nº 891055/2019, a adequação à Nova Lei de Licitações e Contratos demandará a realização de diversas medidas. A realização das medidas de adequação à nova lei demandará tempo adicional, inviabilizando a conclusão das atividades previstas no convênio dentro do prazo vigente.

1.5.2. Falta de servidores na promoção de políticas públicas

Em primeiro lugar, a política de trabalho e renda é um campo interdisciplinar que envolve conhecimentos de economia, sociologia, psicologia, direito, entre outras áreas. Cada profissional traz consigo uma visão particular sobre o tema, permitindo uma análise mais abrangente e aprofundada da realidade. Ao trabalhar em conjunto, esses especialistas podem identificar as causas subjacentes dos problemas, como a desigualdade social, a falta de qualificação profissional e as mudanças tecnológicas, e propor soluções mais eficazes.

Além disso, a ausência de equipes multidisciplinares dificulta a comunicação entre os diferentes níveis de governo e os diversos setores da sociedade. A falta de um entendimento comum sobre os objetivos e as estratégias da política pode gerar conflitos e atrasos na implementação das ações. A participação de profissionais com diferentes formações e experiências facilita a construção de consensos e a criação de um plano de ação mais robusto e realista.

Outro desafio relacionado à falta de equipes multidisciplinares é a dificuldade em acompanhar e avaliar os resultados das políticas implementadas. A avaliação de políticas públicas é um processo complexo que exige a utilização de diferentes metodologias e indicadores. A participação de profissionais com conhecimentos em estatística, avaliação de programas e gestão de projetos é fundamental para garantir a qualidade e a relevância das informações coletadas.



Em suma, a ausência de equipes multidisciplinares é um dos principais obstáculos para a implementação de políticas públicas de trabalho e renda eficazes. A construção de equipes com diferentes formações e perspectivas é fundamental para a compreensão da complexidade do problema, a identificação de soluções inovadoras e a implementação de ações coordenadas. A participação de profissionais com diferentes áreas de conhecimento permite uma análise mais abrangente da realidade, a construção de consensos e a avaliação dos resultados das políticas implementadas.

1.5.3. Ausência de Comissão técnica de Classificação

A implementação dessa política enfrenta diversos desafios, dentre os quais destaca-se a ausência de Comissão Técnica de Classificação (CTC) nas unidades penais do Tocantins. A CTC, órgão fundamental para a execução penal, desempenha um papel crucial na avaliação dos presos e na definição de suas atividades durante o cumprimento da pena. É ela quem, com base em critérios técnicos e individualizados, determina a possibilidade de o detento participar de programas de trabalho e renda.

A falta de recurso humano impacta diretamente na criação das comissões Técnicas de Classificação nas unidades penais realizar um trabalho eficiente. A carência de profissionais qualificados, como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos dificulta a avaliação completa dos presos e a elaboração de planos individualizados de trabalho e ressocialização.

A implementação da política de trabalho e renda para presos exige um esforço conjunto de todos os atores envolvidos. Ao superar os desafios relacionados à criação da Comissão Técnica de Classificação e investir em recursos humanos, será possível oferecer aos detentos oportunidades reais de trabalho e reinserção social.

1.5.4. Estruturação de Gestão

A implementação da política de trabalho e renda para presos é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e segura. No entanto, essa política enfrenta diversos desafios, sendo um dos principais a ausência de uma diretoria específica para coordenar as ações relacionadas às políticas prisionais. A criação dessa diretoria, juntamente com outras medidas complementares, é essencial para garantir a efetividade das políticas públicas voltadas para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

A falta de uma diretoria dedicada a integrar e promover as políticas de reintegração social, assistência e alternativas penais fragmenta as iniciativas e impede a criação de um plano estratégico abrangente. Sem uma coordenação centralizada, as ações tendem a ser isoladas,



desarticuladas e, consequentemente, menos eficazes. A ausência dessa estrutura institucional dificulta a definição de prioridades, a alocação de recursos e a avaliação dos resultados, comprometendo a qualidade e a sustentabilidade das políticas públicas voltadas para a população carcerária.

Para superar esses desafios e garantir a efetividade da política de trabalho e renda para presos, é fundamental a criação de uma diretoria especializada em políticas prisionais. Essa diretoria teria como atribuições a elaboração e implementação de um plano nacional de ressocialização, a articulação com outros órgãos governamentais e a sociedade civil, a promoção de parcerias com o setor privado e a avaliação contínua dos resultados das políticas públicas.

1.5.5. Ausência de Sistema de gestão e Coleta de Informações

A importância dos dados para a formulação de políticas públicas reside na capacidade de fornecer uma visão precisa e abrangente da realidade. Ao analisar grandes volumes de informações, os gestores públicos podem identificar padrões, tendências e problemas que, de outra forma, passariam despercebidos. Essa análise permite que as políticas sejam direcionadas para as áreas que mais necessitam de intervenção, otimizando o uso dos recursos públicos e maximizando o impacto social das ações governamentais.

No entanto, para que os dados sejam plenamente aproveitados, é preciso realizar a coleta de informações de maneira efetiva por parte dos responsáveis de cada unidade que compõem a administração do Sistema Penitenciário do Tocantins.

Além disso, implementação de um sistema eficaz para acompanhar a evolução dos custodiados torna-se necessário para mecanismo de controle, mas um instrumento fundamental para a ressocialização e a garantia de direitos. Um sistema de acompanhamento minucioso permite mapear as trajetórias individuais dos custodiados, identificando suas necessidades específicas, habilidades e progressos. Através da coleta e análise de dados, é possível traçar perfis personalizados, possibilitando a oferta de programas e atividades adequados a cada caso.

Deste modo, um sistema de acompanhamento da evolução dos custodiados é um instrumento indispensável para a construção de um sistema prisional mais humano, eficiente e



justo. Ao permitir a identificação das necessidades individuais dos custodiados, a avaliação das políticas públicas e a promoção da transparência.

2. OBJETIVOS DO PLANO

Elevar a gestão prisional: Aperfeiçoamento estrutural, administrativo e operacional visando otimizar os recursos disponíveis e fortalecer as ações positivas voltadas ao trabalho.

Promover Trabalho Digno e Seguro: Promover a política de forma digna resguardando os direitos inerentes ao trabalho de forma segura.

Monitorar a política de Trabalho e Renda: Acompanhar todos os desdobramentos deste plano de forma que consiga executar de forma satisfatória as metas e ações propostas por meio levantamento e análise de dados no período de vigência desse plano.

Aumentar a empregabilidade dos egressos do sistema prisional: Oferecer oportunidades de qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho, visando reduzir o tempo de desemprego e aumentar a renda dos egressos.

Aumentar de vagas de trabalho em todos regimes: Implementar programas de trabalho em diferentes áreas e estimular a participação dos presos em todos esses programas.

Garantir a dignidade e segurança no trabalho: Realizar inspeções regulares nas áreas de trabalho para identificar e corrigir possíveis riscos, oferecer treinamento em segurança do trabalho para os presos e servidores e adotar equipamentos de proteção individual adequados

Ampliar o trabalho remunerado: Realizar ações que amplie vagas remuneradas.

3. INDICADORES E METAS

Indicador	Meta	Atual 2023/2	2024	2025	2026	TOTAL
Número custodiado trabalhando do regime Fechado	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	1.492	10%	20%	20%	2.238
Número de custodiados trabalhando do regime Semiaberto monitorados	Elevar em 50% o número de custodiados trabalhando do regime Semiaberto monitorados	384	10%	20%	20%	576
Número de custodiados	Elevar em 50% o número de custodiados	83	10%	20%	20%	125



trabalhando do regime aberto	trabalhando do regime aberto					
Número de assistidos de Penas e medidas alternativas penais	Elevar em 50% o número de assistidos de Penas e medidas alternativas penais	41	10%	20%	20%	82
Nº de Galpões construídos	Construção de 03 Galpões	06	01	01	01	09



4. AÇÃO POR EIXOS

Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
Estrutura Física	Construir Galpão para as oficinas de Trabalho em 03 Unidades Penais:	Unidade Penal Regional de Palmas em 2024. Unidade de Tratamento Penal do Barra da Grotão em 2024. Fazenda Agropecuária Penal do Cariri em 2025.	Construção de 03 Galpões	SENAPPEN - SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Implantação das oficinas FUNDO ROTATIVO 2023 Implantação da suinocultura Implantação da casa de farinha Implantação de oficinas multidisciplinares	-Fazenda Agropecuária Penal do Cariri; -Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotão. até 2025.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 930 - Fundo Rotativo
	Implantação das oficinas FUNDO ROTATIVO 2024 Implantação da oficina multiuso Serralheria e Marcenaria em 02 (duas) Unidades.	Unidade Penal Regional de Paraíso em 2025; Unidade Penal Regional de Tocantinópolis. Até 2025	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 930 - Fundo Rotativo



Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
GESTÃO	Propor minuta de decreto criando política estadual de Trabalho e Rendo do Sistema Penitenciário do Tocantins. Criando institutos flexibilizadores que promovam o trabalho no âmbito do estado do Tocantins.	Publicação em 2025	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Elaborar normativa que regulamenta os procedimentos acerca do Trabalho.	Publicação em 2025	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Instituir Programa busca fortalecer e ampliar as atividades laborais, de qualificações profissionais	Publicação em 2025	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Instituir projeto “Reintegra em Ação” que visa dar notoriedade as boas práticas voltadas a política de Trabalho e Renda.	Publicação em 2024	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Fazer Chamamento Público com intuito de realizar credenciamento de empresas em todas regionais.	Regional II Regional IV Regional V Regional VI Até 2025	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
		Regional I Regional III Regional VII Regional VIII Até 2026			
	Implantar o Sistema Integrado de Administração Penitenciária do Tocantins - SIAPEN/TO para gestão da política de trabalho em todas unidades penais.	Até 2026	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos



Ofertar curso para capacitar os servidores penitenciários envolvidos na política de trabalho.	02 Turmas até 2026.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
Implantar comissão técnica de classificação em todas unidades penais regionais.	até 2026	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Ofertar cursos por meio da parceria, no sistema de cooperação, entre a SECIJU e Sistema S): Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – (SENAC)	05 Turmas em 2024; 05 Turmas em 2025; 05 Turmas em 2026.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAR SENAI SENAC SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Ofertar de curso por meio Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).	08 Turmas em 2024.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	PRONATEC SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Ofertar de curso por meio Universal nos Presídios (UNP) e Fanduca –plataforma digital educacional.	03 Turmas em 2024; 03 Turmas em 2025; 03 Turmas em 2026.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	FANDUCA UNP SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Realizar de 09 Turmas do curso na modalidade Monitoria PPL.	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotá: 03 cursos de qualificação profissional – construção civil em 2024; Unidade Penal Regional de Palmas: 03 cursos de qualificação profissional – construção civil em 2024;	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES



	Fazenda Agropecuária Penal do Cariri: 03 Cursos de qualificação profissional – construção civil em 2025.			
--	--	--	--	--

Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
PROJETOS NACIONAIS	PROJETO CIDADE DIGNA Implantar as oficinas de produção de artefatos de concreto.	Unidade Penal Regional de Palmas Unidade Penal Regional de Paraíso Unidade Penal Regional de Guaraí Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotá 30 dias após recebimento dos maquinários.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES
	PROJETO DIGNIDADE MENSTRUAL Implantar a oficina de produção de fraldas e absorventes.	Unidade Penal Feminina de Miranorte Implantação em 2024	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES
	PROJETO MALHARIA SOCIAL Implantar a oficina de produção de fraldas e absorventes.	Unidade de tratamento Penal do Cariri 30 dias após recebimento dos maquinários.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES
	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS PERMANENTES – PROCAP. Implantar as oficinas	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grotá Unidade Penal Regional de Palmas Implantação em 2024	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES



Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
EXECUÇÃO DOS RECURSOS	FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL Fundo a Fundo Voluntário PROJETO CIDADE DIGNA Execução de 100% do recurso até 2025	- Unidade Penal Regional de Palmas - Unidade Penal Regional de Paraíso - Unidade Penal Regional de Guaraí - Unidade de Tratamento Penal Barra da Grot	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES
	FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL Fundo a Fundo Voluntário PROJETO DIGNIDADE MENSTRUAL Execução de 100% do recurso até 2025	- Unidade Penal Feminina de Miranorte	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES
	FUNDO ROTATIVO 2023 Implantação da suinocultura Implantação da casa de farinha Implantação de oficinas multidisciplinares Execução de 100% do recurso até 2025	-Fazenda Agropecuária Penal do Cariri; -Unidade de Tratamento	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 930 - Fundo Rotativo
	FUNDO ROTATIVO 2024 Implantação da oficina multiuso Serralheria e Marcenaria em 02 (duas) Unidades. Execução de 100% do recurso até 2025	- Fazenda Agropecuária Penal do Cariri; - Unidade Penal Regional de Paraíso Execução de 100% do recurso até 2025	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 930 - Fundo Rotativo
	PROJETO DE LIMPLANTAÇÃO DE OFICINAS PERMANENTES – PROCAP. Convênio DEPEN-MJSP nº 891055/2019 Implantar as oficinas de malharia e serralheria.	- Unidade de Tratamento Penal Barra da Grot - Unidade Penal Regional de Palmas Execução de 100% do recurso até 2026	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES



FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL Fundo a Fundo Obrigatório Recurso 2017	<ul style="list-style-type: none"> - Fazenda Agropecuária Penal do Cariri - Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota - Unidade Penal Regional de Palmas <p>Execução de 100% do recurso até 2026</p>	<p>Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado</p>	SENAPPEN SECIJU	Fonte 920 Fundo Penitenciário Estadual – FUNPES
---	---	--	--------------------	---

Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
TRABALHO DIGNO E SEGURO	Publicar portaria criando procedimentos de segurança no trabalho.	Publicação em 2024	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Realizar visitas semestrais para fazer acompanhamento das condições de trabalho e orientar quanto as normas de segurança no trabalho.	Realizar 05 (cinco) visitas de acompanhamento e orientação até 2026.	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
	Disponibilizar kit de segurança do trabalho para todos custodiados que desempenha atividade laboral	Entrega até 2026	Elevar em 50% o número custodiado trabalhando do regime Fechado	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Eixo	Ação	Cronograma	Meta Relacionada	Pessoas e/ou Entidades envolvidas	Principal fonte de financiamento
------	------	------------	------------------	-----------------------------------	----------------------------------



GRUPOS DE VULNERABILIDA DE	Realizar Diagnóstico	2024	SECIJU	Fonte 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos
-------------------------------------	----------------------	------	--------	---